



REQUERIMENTO Número /XIII ( .ª)

PERGUNTA Número /XIII ( .ª)

**Assunto: Situação da CP – Comboios de Portugal face à crise provocada pelo Covid-19**

**Destinatário: Ministério das Infraestruturas e Habitação**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

Desde o início da pandemia global provocada pelo recente surto do vírus COVID19 que se têm multiplicado alterações e adaptações em matéria de transporte público, nomeadamente na CP-Comboios de Portugal.

Este grupo parlamentar tem vindo a questionar o Governo em vários momentos sobre o estado da empresa, mais recentemente sobre as condições de viagem nos comboios suburbanos, onde a distância física recomendada entre passageiros não era garantida, resultado da redução da oferta de comboios e a consequente diminuição do número de trabalhadores ao serviço.

No dia 20 de abril é noticiado pelo jornal Público que a CP estará em situação de apenas conseguir pagar salários do mês de abril. É indicado que as receitas caíram cerca de 95%, tendo já a CP tido que devolver cerca de 1 milhão de euros em reembolsos aos clientes por viagens não realizadas. É igualmente indicado que “*para poder pagar os salários de março e abril, a empresa foi autorizada pelo Governo a usar o saldo da conta de gerência de 2019, que habitualmente fica cativado pelas Finanças.*”, e que o mesmo já não poderá ocorrer em maio.

Esta situação não deixa de causar surpresa. Mesmo numa situação de crise pandémica, a CP é uma empresa do setor empresarial do Estado, pelo que não se compreende que a situação esteja num ponto tão extremo. Recordamos que o contrato de serviço público serviria, exatamente, para garantir estabilidade à empresa, bem como à sua relação com o Estado.

É do conhecimento público que o contrato de serviço público ainda não se encontra em vigor, após terem sido levantadas algumas dúvidas pelo Tribunal de Contas, que o devolveu à CP sem visto. Desde então que se encontra no Ministério das Finanças, sem andamento que se conheça. Não estando em vigor, podem, de facto, levantar-se questões com indemnizações compensatórias e com o que o futuro reserva, afinal para a empresa.

É responsabilidade do Governo, especificamente deste ministério, garantir que a CP – Comboios de Portugal se mantém estável e com capacidade de enfrentar uma crise como a atual. Urge que o Governo dê esclarecimentos sobre esta matéria, que poderá deixar milhares de trabalhadores numa situação inoportável, segundo as notícias relatadas.



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Qual é o ponto de situação relativamente ao contrato de serviço público? Quando se prevê a sua entrada em vigor? Prevê-se que o contrato, quando aprovado, tenha efeitos retroativos a dia 1 de janeiro?
3. Não estando ainda em vigor o contrato de serviço público, como pretende o governo garantir o funcionamento da CP – Comboios de Portugal sem colocar em causa o salário de milhares de trabalhadores?

Palácio de São Bento, 21 de abril de 2020.

**A deputada**

**Isabel Pires**